

Presença em plenário cresce após punições

A punição aplicada aos ex-deputados Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG), que perderam seus mandatos por faltarem a um terço das sessões da Câmara, assustou os parlamentares. Embora não tenham conseguido encher o plenário, ontem eles compareceram em massa e nada menos que 334 registraram presença na Casa. Mesmo os que chegaram depois das 16 horas, quando o registro do painel eletrônico já estava encerrado, se apressaram em pedir que sua presença constasse dos anais.

Um suposto pedido de licença do ex-deputado Felipe Cheidde se converteu no grande mistério de ontem, em Brasília. O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), admitiu a existência do documento, mas adiantou que ele só apareceu depois de o parlamentar ter perdido o mandato. E o segundo-secretário da Mesa, deputado Edme Tavares (PFL-PB), responsável pelo exame dos pedidos de licença, esclareceu que o de Cheidde

era para tratar de assuntos particulares e, por isso, foi negado.

No final da tarde, a Câmara examinou a autenticidade da assinatura do documento, sem torná-lo público. Em São Bernardo do Campo, no ABC paulista,

Perda, e não cassação

Numa interpretação legal do texto da Constituição os ex-deputados Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG) não sofreram cassação — medida extrema só prevista na legislação excepcional existente nos 15 anos do regime militar. Cheidde e Bouchardet tiveram decretada a perda do mandato por ato da Mesa da Câmara, pelo fato de terem faltado a um terço das sessões da casa. Neste caso, os suplentes assumem normalmente e devem cumprir o restante do mandato — o que não se verificava quando parlamentares eram cassados pelo AI-5 e outros atos excepcionais.

sua base eleitoral, Cheidde contratou advogados e anunciou que vai recorrer da punição. Segundo o ex-deputado, o artigo 55 da Constituição, em seu inciso III, possibilita o direito de defesa, que não lhe foi concedido.

O ex-deputado Mário Bouchardet não foi localizado em nenhuma das várias cidades de Minas Gerais onde tem negócios. Ele encarregou uma secretária de convocar políticos para o acompanharem numa entrevista, domingo à tarde, quando anunciará se recorre ou não da punição.

Mas o presidente da Câmara, Paes de Andrade, garantiu que a punição — e a perda dos mandatos dos dois deputados — “é irreversível”. O suplente de Cheidde, o primeiro do PMDB paulista, Tito Costa, já foi convocado pela Câmara, ontem, para assumir o mandato. Felipe Cheidde, em sua defesa, alegou estar sendo “usado pela turma do Ulysses, que tem como estratégia eleitoral sacrificar alguns membros do partido para glorificar o candidato peemedebista à Presidência da República”.